

Arsae-MG atualiza norma para aplicação de sanções aos prestadores regulados

Ter 01 agosto

Começa a vigorar a partir desta terça-feira (1/8) a Resolução Arsae-MG nº 181/2023 que busca aperfeiçoar os procedimentos de fiscalização, aplicação de sanções aos prestadores de serviços regulados, celebração e acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Dentre as novidades, estão o estabelecimento de prazos-limite para diversas etapas dos processos, a alteração da metodologia para determinar a abrangência das infrações e a previsão de novos tipos de não conformidades passíveis de sanção. A iniciativa foi um dos temas pautados na [Agenda Regulatória](#) de 2022, que é um importante instrumento de planejamento e acompanhamento de estudos de melhoria dos processos regulatórios.

A nova norma altera a [Resolução nº 133/2019](#), responsável por instituir o processo sancionatório na [Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais \(Arsae-MG\)](#) e trazer vários resultados positivos, como o fortalecimento do poder de atuação da agência, a ampliação do rol de ferramentas regulatórias e o estabelecimento de base legal para a aplicação de penalidades, de maneira a incentivar os prestadores a melhorar a qualidade dos serviços ofertados aos usuários.

De acordo com a Gerência de Regulação Operacional (GRO) da Arsae-MG, desde a entrada em vigor da Resolução nº 133, em julho de 2020, a agência já fiscalizou mais de 300 municípios e identificou mais de 2 mil irregularidades. Toda a experiência acumulada nesse processo permitiu identificar várias oportunidades de melhoria na norma. Além disso, a experiência acumulada com a operação do [Sistema de Informações Regulatórias \(SIR\)](#) permitiu identificar mudanças na resolução que eram essenciais para garantir a integridade, a precisão e a efetividade dos processos.

Ao longo da revisão da Resolução nº 133/2019, a Arsae-MG realizou um estudo de Análise de Impacto Regulatório (AIR), promoveu uma consulta interna e realizou duas [consultas públicas](#). Com isso, foram recebidas e analisadas mais de 200 sugestões de alteração, atendendo aos princípios da transparência e do controle social. Para conferir a resolução e documentos complementares, [clique aqui](#).